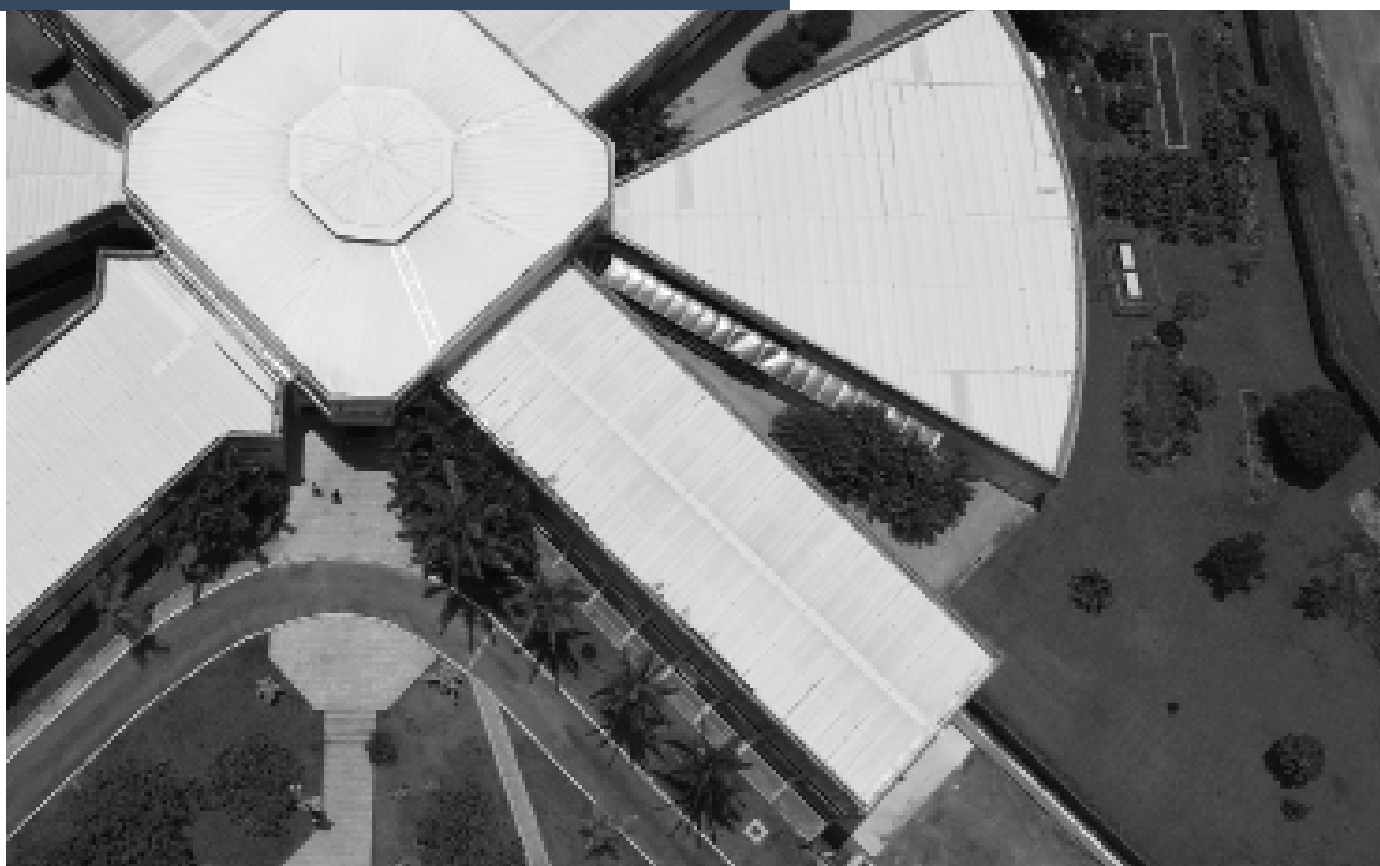


POLÍTICA DE **INVESTIMENTOS FINANCEIROS**



// DIRETORIA EXECUTIVA

Prof. Dr. Augusto César de Mendonça Brasil - Diretor Presidente

Prof. Dr. Daniel Monteiro Rosa - Diretor Financeiro

Profa. Dra. Renata Aquino da Silva - Diretora Secretária

// CONSELHO SUPERIOR

Profa. Dra. Doriana Daroit

Profa. Dra. Fátima de Souza Freire

Dr. Gilmar dos Santos Marques

Prof. Dr. Henrique Araújo Costa

Prof. Dr. Sébastien Roland Marie Joseph Rondineau

Prof. Dr. Taygoara Felamingo de Oliveira

Prof. Dr. Wildo Navegantes de Araújo

// CONSELHO FISCAL

Prof. Dr. Giovany de Jesus Malcher Figueiredo

Prof. Dr. Edmilson Soares Campos

Prof. Dr. Bruno Vinícius Ramos Fernandes

// SUPERINTENDÊNCIA

Gustavo Abrantes Condeixa

// FINATEC

Av. L3 Norte – Edifício Finatec

Asa Norte – Brasília – DF

CEP: 70910-900 – Caixa Postal – 4365

Campus Darcy Ribeiro

finatec@finatec.org.br

61 3348 0400

SUMÁRIO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

1. INTRODUÇÃO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	4
1.1 Definições	5
1.2 Objetivos e resultados	6
1.3 Finalidade e Escopo	7
1.4 Governança	8
2. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	9
3. MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	12
4. CONCLUSÃO	13

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

1. INTRODUÇÃO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos últimos anos, a FINATEC vem aprimorando suas regras de governança, reforçando seu compromisso com a excelência e a transparência em suas operações. O desenvolvimento de uma nova Política de Investimentos Financeiros é um passo essencial para dar continuidade a esse processo, garantindo que os recursos da fundação sejam geridos de maneira segura, eficiente e alinhada com seus valores e objetivos estratégicos.

A nova Política de Investimentos Financeiros apoiará a missão da FINATEC de atender às necessidades da sociedade, promovendo e apoiando o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Ela também possibilitará uma gestão mais qualificada dos recursos, respeitando princípios fundamentais como ética, competência e excelência profissional, que são a base da atuação da Fundação.

Para assegurar que esta política esteja em conformidade com as melhores práticas, a FINATEC utilizou como referência os principais códigos e regulamentos de governança e investimento do mundo. Esse cuidado não só fortalece a segurança e a transparência dos processos de investimento, como também aproxima a fundação dos padrões globais de excelência, agregando valor às práticas institucionais e contribuindo para o reconhecimento de sua atuação.

Além disso, a criação de uma Política de Investimentos Financeiros robusta contribuirá para a visão da FINATEC de se consolidar como a melhor fundação de apoio do Brasil, com excelência em gestão e reconhecida pela sociedade. A transparência e a busca por um aperfeiçoamento contínuo, que são valores centrais da FINATEC, serão ainda mais fortalecidos, promovendo uma cultura de inovação e valorização das pessoas, refletindo a confiança de nossos parceiros e beneficiários na solidez e responsabilidade com que administramos nossos recursos.

Este esforço de desenvolvimento da Política de Investimentos Financeiros é, portanto, mais do que uma medida administrativa; é uma ação estratégica que reforça o papel da FINATEC como agente de transformação, sustentabilidade e inovação para a sociedade, assegurando o máximo impacto positivo e a perenidade de suas atividades.

1.1 DEFINIÇÕES

Na avaliação das sugestões de investimento com foco em preservação do poder de compra e ganho patrimonial real de, ao menos, 6% ao ano, consideramos uma hierarquia de riscos para guiar a escolha dos ativos:

1.1.1 RISCOS PRIORITÁRIOS (MAIORES)

Estes riscos são considerados os mais críticos para a carteira, demandando escolhas seguras e com alta previsibilidade:

- **Risco de Crédito:** Como buscamos ativos conservadores, o risco de crédito é um dos maiores fatores, especialmente no caso de ativos bancários e crédito privado. Portanto, somente ativos com ratings elevados (mínimo AA para títulos bancários e AAA para crédito privado) para reduzir ao máximo a exposição ao risco de inadimplência.
- **Risco de Inflação:** A inflação é prioritária, pois é fundamental preservar o poder de compra da carteira. Dessa forma, consideramos títulos indexados à inflação, como Tesouro IPCA+, para proteger o patrimônio real da carteira ao longo do tempo.
- **Risco de Taxa de Juros:** Variações na taxa de juros afetam diretamente os rendimentos dos títulos de renda fixa. Como buscamos rendimento consistente, priorizamos uma alocação substancial em pós-fixados (Tesouro Selic e CDBs indexados ao CDI), que acompanham as variações da taxa Selic, protegendo a carteira de quedas de preço em cenários de alta de juros.

1.1.2 RISCOS MODERADOS

Estes riscos também são considerados, mas com menor impacto direto, devido ao perfil conservador da carteira:

- **Risco de Liquidez:** Consideramos necessário garantir uma parte dos ativos com alta liquidez, como Tesouro Selic e CDBs com possibilidade de resgate antecipado, para atender a qualquer necessidade emergencial. No entanto, dada a natureza conservadora e estável da carteira, esse risco é mais moderado e foi mitigado com uma reserva de liquidez.
- **Risco de Reinvestimento:** Como meta de ganho patrimonial real, precisamos monitorar a reinvestimento dos fluxos de caixa. A escolha por títulos de prazo médio (6 meses a 2 anos) ajuda a equilibrar o retorno com a oportunidade de reinvestimento em taxas competitivas, considerando ciclos econômicos.

1.1.3 RISCOS MENORES

Estes riscos foram considerados com baixo impacto direto na carteira, dados os objetivos conservadores:

- Risco Cambial: Com foco em ativos locais e exclusivamente de renda fixa, o risco cambial é irrelevante e foi evitado.
- Risco ESG: Embora o investimento responsável seja importante, a prioridade da carteira é o rendimento seguro, o que diminui o impacto de fatores ESG nesta estratégia, embora possa ser incorporado em futuras revisões.
- Risco Operacional e Sistêmico: Estes riscos, embora presentes, são mitigados pela alta diversificação e a escolha de ativos com boa governança e baixa exposição a eventos extremos de mercado.

Com esta matriz, entendemos ser possível estruturar uma carteira de investimentos que atenda às necessidades da FINATEC, segurança e estabilidade, assegurando o equilíbrio entre preservação de capital e rendimento conservador.

1.2 OBJETIVOS E RESULTADOS

Para a política de investimento descrita, com foco em preservação de capital e crescimento real, uma estratégia de investimento bem-sucedida pode ser definida com base nos seguintes critérios:

- Alcance da Meta de Retorno: A estratégia deve alcançar ou superar a meta de retorno de pelo menos 12% ao ano durante o período projetado de dois anos, compensando a inflação e os custos administrativos. Este retorno mínimo é fundamental para manter o poder de compra do patrimônio e atender às obrigações financeiras da fundação.
- Crescimento Real do Patrimônio: Além da preservação, o patrimônio deve crescer a uma taxa real mínima de 4% acima da inflação, assegurando que a carteira aumente em termos de valor de compra ao longo do tempo, o que contribui para a continuidade e expansão das atividades da fundação.
- Limitação de Perdas: A estratégia deve manter o risco de perda controlado, respeitando o limite de perda tolerável de 2% do patrimônio. Esse parâmetro é essencial para um perfil conservador, garantindo que o patrimônio não sofra variações negativas significativas e que a exposição ao risco seja estritamente limitada.
- Liquidez para Necessidades Operacionais: A alocação da carteira deve proporcionar liquidez conforme planejado: 10% de liquidez diária, 10% em 6 meses e 10% em 12 meses. Essa liquidez deve cobrir necessidades operacionais e de caixa, permitindo flexibilidade para atender a obrigações de curto e médio prazo sem sacrificar o retorno dos investimentos.
- Reserva de Emergência Preservada: A reserva emergencial de R\$ 700 mil deve ser mantida in-

tacta em ativos de alta liquidez e baixo risco. Esse montante atua como uma proteção adicional para eventos inesperados, evitando que o patrimônio principal seja impactado em situações de crise.

- **Monitoramento e Reavaliação Regular:** A estratégia deve incluir uma revisão criteriosa da carteira após o período inicial de dois anos, especialmente considerando a possível queda das taxas de retorno no futuro. Esse monitoramento regular permite ajustes pró-ativos na carteira para manter a consistência com as metas de retorno e risco.

Uma estratégia que atinge esses objetivos é considerada bem-sucedida, pois ela equilibra o retorno necessário com a segurança do capital, garantindo tanto o crescimento patrimonial real quanto a estabilidade e a liquidez exigidas para as operações e a missão da fundação.

1.3 FINALIDADE E ESCOPO

1.3.1 FINALIDADE

A finalidade da Política de Investimentos Financeiros é estabelecer diretrizes claras e consistentes para a alocação, gestão e monitoramento dos recursos financeiros, com o objetivo de assegurar a preservação de capital e o crescimento patrimonial real.

Almeja-se alcançar um retorno mínimo de 12% ao ano, cobrindo a inflação e os custos administrativos, enquanto o patrimônio cresce a uma taxa real de pelo menos 4% ao ano, protegendo o poder de compra ao longo do tempo. Essa política visa manter o equilíbrio entre segurança, rentabilidade e liquidez, respeitando os limites de risco estabelecidos.

1.3.2 ESCOPO

Esta política é vinculante para toda a estrutura financeira e de investimentos da organização, abrangendo tanto a administração direta dos recursos pela fundação quanto as orientações para qualquer gestão terceirizada.

Ela se aplica integralmente ao portfólio de investimentos da organização e deve ser observada por todos os departamentos e responsáveis pela gestão financeira, incluindo o Conselho de Administração, o Comitê de Investimentos, os gestores internos e externos e as equipes de *compliance*.

1.4 GOVERNANÇA

A governança da Política de Investimentos Financeiros da FINATEC é projetada para ser robusta e abrangente, garantindo não apenas a execução eficaz dos investimentos, mas também o cumprimento dos princípios de transparência, excelência e responsabilidade.

Alinhada com a missão e os valores da FINATEC, a governança oferece uma estrutura que assegura a prestação de contas e a conformidade com os objetivos estratégicos da fundação.

Cada responsável pelos diversos aspectos da política tem o dever de prestar contas, seja internamente à FINATEC ou aos seus stakeholders.

1.41 GOVERNANÇA INTERNA

Para assegurar a clareza nas responsabilidades, a governança interna da Política de Investimentos Financeiros da FINATEC inclui as seguintes atribuições:

- Conselho Superior: Responsável por avaliar o alinhamento estratégico da Política de Investimentos Financeiros com os objetivos da fundação. Periodicamente revisa se a política está contribuindo para o crescimento real e preservação do patrimônio, conforme estabelecido.
- Comitê de Investimento: Supervisiona a execução e implementação da Política de Investimentos Financeiros. Monitora o desempenho e a conformidade das decisões de investimento com as diretrizes da política, buscando sempre o equilíbrio entre segurança e retorno e será composto por:
 - Diretor Presidente: Responsável por aprovar a Política de Investimentos Financeiros e supervisionar sua implementação. Acompanha a evolução da política e sua adequação às metas institucionais.
 - Diretor Financeiro: Gerencia a execução de estratégias de controle de riscos, incluindo os riscos, e monitora os riscos na carteira para garantir que permaneçam dentro dos limites toleráveis.
 - Equipes de Investimento: Responsáveis pela execução da política em cada decisão de investimento, aplicando as diretrizes e critérios estabelecidos para preservar o capital e assegurar o retorno esperado.
- Especialista em Compliance e ASG (ou equipe de compliance): Monitora e revisa a conformidade da carteira em e todas as etapas do processo de investimento, garantindo que as diretrizes e os princípios éticos da FINATEC sejam respeitados.

1.4.2 GOVERNANÇA EXTERNA

A governança externa da FINATEC considera as parcerias e colaborações com gestores e consultores externos para a gestão eficiente e responsável dos recursos:

- **Processo de Seleção de Gestores:** Um critério claro para seleção e avaliação de gestores terceirizados deve ser estabelecido, considerando aspectos como alinhamento com a política da FINATEC, estrutura de taxas, governança, engajamento e prevenção de conflitos de interesse.
- **Processo de *Due Diligence*:** A seleção de gestores inclui uma *due diligence* rigorosa, avaliando a competência dos gestores em aderir aos princípios de investimento responsável e ASG. Ferramentas, como o Questionário de Due Diligence de Investimento Responsável para Cotistas, são empregadas para garantir que os gestores estejam qualificados.
- **Política de Investimento Responsável de Gestores:** É necessário que os gestores externos possuam ou adotem uma política de investimento responsável que esteja alinhada com a política da FINATEC ou que demonstrem sua capacidade em incorporar fatores ASG de forma eficaz.
- **Supervisão e Monitoramento de Gestores:** Critérios de supervisão são definidos para garantir que os gestores estejam de acordo com as diretrizes da política, incluindo a inclusão de aspectos ASG em RFPs e IMAs. Exige-se uma divulgação regular dos fatores ASG nos relatórios de desempenho.
- **Adoção de Princípios Globais de Investimento Responsável:** Os gestores externos são incentivados a aderir a padrões globais, como os seis Princípios para o Investimento Responsável (PRI), reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a ética nos investimentos.
- **Adoção de auditoria externa,** compatível com o tamanho e complexidade da estrutura da FINATEC.

Essa estrutura de governança fortalece a capacidade da FINATEC de atingir seus objetivos de investimento de maneira segura e responsável, garantindo transparência, prestação de contas e cumprimento rigoroso dos princípios que norteiam a fundação.

2. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

TIPOS DE ATIVO

Para o perfil conservador da Fundação, que prioriza a preservação de capital e crescimento patrimonial real, são recomendados os seguintes tipos de títulos de investimento para compor a carteira:

1. Títulos Públicos Federais: Altamente seguros, são ideais para um perfil conservador. Incluem:

- Tesouro Selic (LFT): Título pós-fixado atrelado à taxa Selic, com liquidez diária e baixa volatilidade, indicado para a parcela de liquidez diária.
- Tesouro IPCA+ (NTN-B): Título indexado à inflação, proporcionando rentabilidade real, o que ajuda a preservar o poder de compra da carteira. Pode ter vencimentos diversos para atender às diferentes necessidades de liquidez.

2. CDBs (Certificados de Depósito Bancário): Emissões bancárias que podem oferecer rendimentos atrelados ao CDI, preservando o poder de compra e comumente possuindo garantia do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) até R\$ 250 mil por instituição.

- CDBs Pós-fixados: Atrelados ao CDI, oferecem boa liquidez e acompanhamento da taxa de juros.
- CDBs Pré-fixados: Possuem rentabilidade fixa, que pode ser vantajosa em cenários de queda dos juros.

3. LCIs/LCAs (Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio): Oferecem rendimentos atrelados ao CDI ou pré-fixados, além de garantia pelo FGC. São alternativas interessantes para diversificação e aumento de rentabilidade.

4. Debêntures Incentivadas: Títulos de crédito privado emitidos por empresas para financiar infraestrutura, com isenção de imposto de renda para pessoas físicas. As debêntures incentivadas com rating AAA podem oferecer rendimentos acima dos títulos públicos, mantendo o risco controlado para um perfil conservador.

5. Fundos DI de Alta Liquidez: Fundos que investem em títulos públicos e ativos atrelados ao CDI, ideais para a parcela de liquidez diária, permitindo acesso rápido ao capital com baixa exposição ao risco de mercado.

Esses títulos foram selecionados para garantir uma combinação de segurança, liquidez e rentabilidade, atendendo ao perfil conservador da Fundação e às metas de preservação de capital e crescimento patrimonial.

6. Letras Financeiras (LF): Emitidas por instituições financeiras (bancos, cooperativas de crédito, etc.) com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

OBJETIVO E PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO

Considerando as espécies de investimento disponíveis no mercado, os critérios definidos nesta Política de Investimentos Financeiros e as expectativas macroeconômicas, sugere-se a seguinte formatação de alocação:

- Expectativa de Retorno: A meta de retorno mínimo [AC1] sugerida é de pelo menos 12% ao ano, valor que se espera ser alcançado com base na taxa Selic projetada para os próximos dois anos, cobrindo a inflação e os custos administrativos. É importante notar que, após esse período, é fundamental uma análise mais criteriosa da carteira, pois é provável uma queda nessa taxa de retorno.
- Alvo de Preservação: Um valor alvo de crescimento do patrimônio foi mencionado como 4% ao ano além da inflação, reforçando a necessidade de manter o poder de compra do patrimônio.
- Garantir que os recursos disponibilizados para aplicação no mercado de capitais sejam somente aqueles rubricados como "recursos próprios".

PERFIL E TOLERÂNCIA AO RISCO

- Limite de Perda Tolerável: O limite de perda tolerável é de 2% do patrimônio ao ano, confirmando o perfil conservador e a baixa tolerância ao risco.
- Classes de Ativos Permitidas: A alocação em ativos de renda fixa é sugerida da seguinte forma:
 - Até 35% em títulos públicos, pela segurança e garantia do governo.
 - Até 40% em ativos bancários com Rating no mínimo AA, como CDBs, LFs e LCIs/LCAs, proporcionando diversificação dentro de instituições de alta solidez.
 - Até 25% em crédito privado com baixíssimo risco de crédito e rating AAA, para um retorno potencialmente maior, mantendo o perfil conservador.
- Percentual de Alocação por Indexador:
 - Até 40% em ativos pós-fixados, que acompanham a taxa Selic, oferecendo proteção contra oscilações de taxa de juros;
 - Até 35% em ativos indexados à inflação, para preservar o poder de compra do patrimônio; e
 - Até 25% em ativos pré-fixados, aproveitando eventuais oportunidades de taxa de juros atrativa.

POLÍTICA DE LIQUIDEZ E NECESSIDADES DE CAIXA

- Liquidez dos Investimentos: A necessidade de liquidez dos investimentos é 10% liquidez diária, 10% em 6 meses e 10% em 12 meses, o que permite flexibilidade para cobrir necessidades operacionais.
- Reserva Emergencial: A fundação mantém o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para emergências em aplicações com liquidez diária o que demonstra um planejamento para eventos inesperados.

3. MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O monitoramento e a revisão periódica da Política de Investimentos Financeiros da Fundação são etapas essenciais para garantir que a gestão de recursos permaneça alinhada aos objetivos de preservação de capital, crescimento patrimonial real e segurança dos investimentos.

Esse processo permite a adaptação da política frente a mudanças no cenário econômico, novas regulamentações e fatores específicos que possam impactar os resultados.

Para assegurar a independência e a estabilidade na aplicação da Política de Investimentos Financeiros, as reavaliações são realizadas em intervalos planejados que não coincidem com as mudanças de diretoria e conselho, garantindo a continuidade e a consistência das estratégias de investimento da fundação.

CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A avaliação de desempenho da Política de Investimentos Financeiros da Fundação deve se basear em critérios objetivos, considerando:

- Retorno sobre o Investimento (ROI): Análise se o retorno anual está alinhado com a meta mínima de 12% ao ano, cobrindo inflação e custos operacionais.
- Preservação do Poder de Compra: Verificação do crescimento real do patrimônio com uma taxa mínima de 4% ao ano acima da inflação, protegendo o poder de compra ao longo do tempo.
- Limite de Perda Tolerável: Avaliação do controle de risco, assegurando que o patrimônio não sofra perdas superiores a 2% em relação ao capital inicial investido.
- Liquidez e Flexibilidade de Caixa: Conferência se a alocação dos recursos mantém a liquidez necessária (10% de liquidez diária, 10% em 6 meses e 10% em 12 meses), proporcionando flexibilidade para atender às obrigações operacionais.
- Aderência a Aspectos ASG e Compliance: Avaliação da conformidade da carteira com os princípios ASG (quando aplicável) e novas regulamentações, garantindo que os investimentos estejam de acordo com as práticas sustentáveis e normas legais vigentes.

SUGESTÃO DE CALENDÁRIO DE REVISÃO E MONITORAMENTO

Para promover uma avaliação eficiente e evitar conflitos com períodos de transição de diretoria, sugere-se o seguinte calendário de monitoramento e revisão da Política de Investimentos Financeiros:

- **Monitoramento Trimestral:** Realização de uma análise de desempenho trimestral com relatórios que acompanham os critérios de avaliação e a aderência à política, além de assegurar transparência e controle contínuo.
- **Revisão Anual de Resultados:** Uma avaliação detalhada e completa deve ser realizada anualmente, ao final do ano fiscal, permitindo uma análise abrangente dos resultados do exercício e o planejamento para o ano seguinte.
- **Reavaliação da Política a Cada 3 Anos:** A primeira revisão da Política de Investimentos Financeiros deve ocorrer três anos após a implementação inicial. Após esse período, as revisões subsequentes serão realizadas a cada dois anos, em intervalos que não coincidam com as eleições ou alterações de diretoria, para assegurar estabilidade e continuidade na aplicação das diretrizes de investimento.

Esse cronograma proporciona uma base sólida de monitoramento e avaliação contínua, adaptando a política conforme necessário para atender às metas da FINATEC de maneira segura e transparente, enquanto mantém a independência das transições de governança.

4. CONCLUSÃO

A Política de Investimentos Financeiros da FINATEC estabelece diretrizes claras e rigorosas para a alocação e gestão dos recursos financeiros da fundação, com o objetivo principal de preservar o capital e proporcionar crescimento patrimonial real, em consonância com seu perfil conservador de investimentos. Esta política abrange aspectos cruciais de governança, estrutura de ativos, critérios de escolha de investimentos, monitoramento e revisão, sempre buscando a transparência e a segurança que sustentam as atividades da fundação.

Para desenvolver esta política, foram utilizadas como referência práticas exemplares de políticas de investimento de entes públicos e privados de várias partes do mundo, adaptadas ao contexto e aos objetivos específicos da FINATEC. O processo respeita rigorosamente todas as regulamentações e diretrizes legais e infralegais aplicáveis, garantindo que a fundação esteja plenamente em conformidade com os padrões de governança e responsabilidade exigidos para organizações de seu porte e finalidade.

Assim, esta Política de Investimentos Financeiros reflete o compromisso da FINATEC com a excelência, a transparência e a sustentabilidade, servindo como um guia robusto e confiável para a gestão de seus recursos. Dessa forma, a FINATEC assegura que o seu patrimônio seja gerido com prudência e eficiência, em alinhamento com seus valores institucionais e com o propósito de apoiar o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil.



@FINATECOFICIAL